

Passados-Presentes e o
Ensino de História:
Recepções, Releituras e
Reapropriações de fontes
históricas dentro e fora da
sala de aula¹

Past-Present and the
Teaching of History:
Receptions, Rereading and
Re-Appropriation of Historical
Sources inside and outside of
the classroom

Elton O. S. Medeiros²



Resumo: Este artigo busca ressaltar a importância do passado para os ideais e anseios da sociedade que o interpreta e como ela o altera de maneira a adequá-lo aos propósitos de sua época e expor uma proposta de intervenção pedagógica. Utilizaremos como fontes históricas edificações religiosas erguidas no centro da capital da cidade de São Paulo no início do século XX que, ao contrário da tendência vigente de modernização da paisagem urbana da metrópole que vivia a efervescência cultural que iria gerar a Semana de Arte Moderna de 1922, tais prédios retornam ao passado da Idade Média. Analisaremos de que maneira tais construções poderiam ser compreendidas dentro dos ideais socioculturais da sociedade paulistana da época. Enquanto também servirão como referencial para se pensar nas reformulações e reapropriações do passado por certa temporalidade para fomentar debates e reflexões para o ensino de História.

Palavras-chave: Idade média; Ensino de história; São Paulo; Modernismo; Arquitetura; Educação.

Abstract: This article aims to emphasize the importance of the past to the ideals and aspirations of the society that interprets it and how it changes it in order to adapt it to the purposes of its time and to show a proposal for a pedagogical intervention. We will use as historical sources religious buildings erected in the center of the city of São Paulo in the early twentieth century that. Differently to the current trend of modernization of the urban landscape of the metropolis that lived the cultural effervescence that would generate the Modern Art Week of 1922, such buildings return to the past of the Middle Ages. We will analyze how such constructions were understood within the socio-cultural ideals of São Paulo society at the time. While they will also serve as a reference to think about the reformulations and reapropriations of the past for a certain temporality to foster debates and reflections for the teaching of history.

Keywords: Middle ages; History teaching; São Paulo; Modernism; Architecture; Education.



Introdução

Ao ministrar nossas aulas da disciplina de História Medieval, entre as atividades solicitadas, se encontra a indicação de uma visita técnica que os alunos podem realizar por conta própria até o final do semestre à basílica do Mosteiro de São Bento, no centro da cidade de São Paulo, capital; como forma de complementar os conteúdos das aulas da disciplina e uma forma de refletir a respeito da proximidade que ainda estamos das tradições culturais e religiosas do período medieval. Em função de tais visitas, alunos passaram a despertar interesse e curiosidade a respeito da natureza do templo no meio do coração da cidade. Fato que levou ao questionamento não só da importância da construção vinculada à disciplina ministrada, mas também sua origem e relação com a cidade de São Paulo.

Estudos ligados às Ciências Humanas como um todo, especialmente no campo da pesquisa histórica e antropológica, há muito concordam com a importância do uso do passado para a construção do presente. Trabalhos mais atuais reconhecem, por exemplo, como o passado medieval tem sido utilizado nas mais diversas áreas (nos debates pela emancipação da mulher na primeira onda do movimento feminista; na apropriação de terminologias das Cruzadas durante a assim chamada “Guerra ao Terror” – durante o governo de George W. Bush – e nos ideais de autoridade, identidade étnica e hegemonia política por parte de Estados nacionais modernos e contemporâneos, ou ainda a apropriação de símbolos e elementos históricos em discursos de grupos de extrema-direita).

A questão sobre a percepção e a apropriação do passado histórico pela contemporaneidade – no caso de nossa proposta atual, um passado medieval na cidade de São Paulo – desempenha um papel desafiador na vida cotidiana atual, exigindo ser mais bem explorada, problematizada e compreendida. Desta forma, isso nos faz refletir sobre especificamente três elementos que partilham uma relação simbiótica: a) a pesquisa historiográfica a respeito dessas recepções, releituras e reapropriações pela contemporaneidade, b) de que maneira isso pode contribuir de forma mais efetiva na prática docente para o ensino de História no Brasil, c) a recepção discente de tais resultados e instrumentos de pesquisa e aprendizado.

Desde o final do século XX e início do XXI podemos identificar uma crescente tendência entre os historiadores por uma postura mais investigativa, ou uma metodologia de desconstrução do passado. Melhor dizendo, a desconstrução de interpretações a respeito desse passado, muitas vezes já consolidadas pela



tradição historiográfica.

Um simples exemplo que podemos citar é o tratamento dado por historiadores como Alain Guerreau (1980, p. 87 – 141, 213 – 257), que já nos anos 70 criticava a tradição de estudos a respeito do tema “feudalismo”, atacando obras consagradas como as de Perry Anderson (1974); tendência que se perpetuou por outros como Susan Reynolds (1994) e seu levantamento de novas fontes e novas interpretações nos anos 90 corroborando com as críticas de Guerreau. Mais recentemente, temos o artigo de Régine Le Jan (2016), intitulado “O Historiador e suas Fontes: Construção, Desconstrução, Reconstrução” que reforça essa postura por parte dos pesquisadores sobre as múltiplas interpretações e reinterpretações que as fontes históricas podem receber em momentos diferentes e mesmo em curtos espaços de tempo.

Interpretações, reinterpretações ou apropriações que, extrapolando o âmbito acadêmico e se aliando a contextos políticos e midiáticos de naturezas diversas devem ganhar uma atenção mais especial por parte do historiador na atualidade. Especialmente quando envolvem processos de legitimação ideológica ou da moral vigente. Criando *mitos* modernos que merecem, senão a desconstrução, ao menos uma vivissecção.

A relação entre tais *mitos* e a história não é nenhuma novidade dentro do mundo acadêmico. Muito pelo contrário, proliferam discussões a respeito desse relacionamento e sua importância para as sociedades humanas ao menos desde finais do século XVIII e XIX, com a constituição formal da História como disciplina no meio acadêmico. Em nossa proposta, por *mito* caracterizamos inicialmente toda construção que por diversas formas acaba por se incorporar à cultura e tradição de um grupo. Construções que buscam uma explicação a respeito da natureza, das origens do grupo, da ordem vigente, e uma forma de modelo social a ser seguido, cuja estrutura se baseia numa relação entre o passado e o presente, eventos *in illo tempore* e *in hoc tempore* (LIUZZA, 2002, p. 448). Em que, devido a um evento *A* ter ocorrido no passado, é realizado/pensado/experimentado *B* no momento presente. Assim, há uma relação entre o passado e o presente de forma intrínseca. Como, por exemplo, dentro da hermenêutica cristã, onde os eventos narrados no Velho Testamento são interpretados como anunciadores do Novo Testamento e personagens importantes – como Moisés, David e o profeta Elias – prenunciadores de Cristo (AUERBACH, 1997, p. 26-64).

Podemos dizer que até o século XIX essa ideia de *mito*, diferentemente de estar vinculada a uma construção de um discurso ou passado histórico – como compreendido por em nosso trabalho – designava especificamente tudo aquilo



que seria avesso à História: o fabuloso, fantástico, utópico. Entretanto, essa imagem se transformou, sendo então aceito tal qual era compreendido por tais sociedades que criam esses *mitos*, onde esses designam na verdade uma “história verdadeira” e, assim sendo, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar, significativo e legitimador (ELIADE, 2002, p. 7-8). E muitas vezes atrelado a esse conceito de *mito* encontramos também a ideia da construção de um registro, uma história (propriamente dita) oficial, que aponte supostas origens e realce os valores e virtudes de uma ou outra sociedade (ELIADE, 2002, p. 156).

Um bom exemplo disso pode ser encontrado na Europa do século XIX, quando temos uma nova valorização do passado histórico de Estados-nacionais. Essa busca pelo passado sobrevive nas sociedades europeias na busca de uma “origem nobre”, “heroica”, “primordial”; ao se empreender uma inovação, esta era concebida, ou apresentada, como um “retorno às origens”. Na Alemanha, por exemplo, há o resgate de seu passado germânico, que mais tarde é apropriado para a construção do “mito ariano”. A Reforma protestante inaugurou o retorno à Bíblia e ambicionava reviver a experiência da Igreja primitiva, ou mesmo das primeiras comunidades cristãs. A Revolução Francesa tomou como paradigmas os romanos e os espartanos; “*Temos nossa origem em Roma!*, repetiam com orgulho os intelectuais romenos dos séculos XVIII e XIX” (ELIADE, 2002, p. 157-158, grifo do autor). E nos Estados Unidos, uma das primeiras proposições para a composição do selo nacional estamparia – ao invés da conhecida águia careca norte-americana – as imagens dos lendários líderes medievais anglo-saxônicos Hengest e Horsa, por simbolizarem a herança étnica e política do povo americano, segundo afirmava Thomas Jefferson (GEARY, 2005, p. 17).

Outro ponto importante a se destacar é que esta busca por um passado legitimador não estaria restrita a mitos nacionais e grandes grupos sociais como um todo. Na atualidade, em organizações e grandes empresas, é possível detectar essa mesma busca por *mitos* com ambições hegemônicas de controle de mídia e mercado. Com instrumentos e signos para a elaboração de tais passados *míticos* que seguem praticamente os mesmos moldes que podemos encontrar nos estudos de casos nas sociedades arcaicas ou do século XIX. Ainda que utilizado dentro de um novo âmbito legitimador, a construção mítica dentro da atualidade do mundo das grandes empresas continua a utilizar de elementos “sagrados” e ideais que remetem ao público o mesmo sentimento ou a mesma função de identificação que os mitos da Antiguidade e Medievo causavam àquelas sociedades.⁵



Podemos parafrasear aqui as palavras de Régine Le Jan, citada anteriormente, e dizer que para o historiador em seu ofício enquanto pesquisador e educador, especialmente nas últimas décadas, o trabalho sobre as fontes históricas se tornou mais estimulante, mas também mais difícil. Temos uma maior clareza de que só absorvermos e compreendemos os fenômenos e as realidades através de prismas deformantes: da memória e do esquecimento, das construções mentais e das reelaborações e interpretações desse passado. Podemos dizer que construímos uma visão de um passado oficial a partir de nossas próprias interrogações, de nossos próprios modelos explicativos; que são muitas vezes tendenciosos e distantes da realidade histórica. Por isso se faz necessário um aprofundamento sobre tal temática e a reflexão a respeito de estratégias pedagógicas nas quais os resultados dessas pesquisas seriam de grande importância para o ensino de História, ao estimular o aluno a questionar e refletir sobre sua própria realidade e sobre as fontes históricas que o cercam e que mantém contato constantemente.

Intervenção pedagógica e o ensino de História

Nesse sentido, visando à formação docente e de pesquisa no curso de licenciatura de nossa instituição, desenvolvemos um projeto de pesquisa voltado à reflexão historiográfica e práticas de intervenção pedagógica. Com o objetivo de servir como uma proposta modelo a ser utilizada pelos discentes em suas futuras atuações enquanto educadores. Sendo assim, o presente artigo traz algumas das primeiras considerações de nossa proposta. Além do docente, um grupo de sete discentes foi selecionado para atuar como colaboradores.⁴

Para isso, e para servir como metodologia aos discentes, em nossa proposta de pesquisa, seria importante explicitar com clareza os referenciais utilizados até o momento. Lidamos principalmente com o trabalho de fontes históricas materiais, tomamos como instrumental teórico inicial o texto de Ulpiano Bezerra de Menezes (1983) “A cultura material no estudo das sociedades antigas” a respeito da importância e da problematização da natureza de tais tipos de fontes históricas. Segundo o autor, a marginalização de fontes da Cultura Material poderia se dar em função do preconceito ainda presente por parte de alguns historiadores que por sua vez ainda se restringiriam apenas a fontes escritas. Argumentação que remeteria a resquícios de um pensamento positivista, onde haveria um preconceito de se utilizar fontes que não fossem oficialmente ou tradicionalmente “históricas”, isto é, vinculadas a documentação política



governamental. O que levaria a se pensar na Cultura Material como apenas uma parcela dos fenômenos históricos. Um segmento de importância menor se comparada a outros aspectos como organização social e política e controle mental. Entretanto, e seguindo nossa proposta, a fonte escrita é também essencialmente uma representação (e, enquanto tal, naturalmente, parte da realidade a que se refere).

Portanto, tanto fontes escritas quanto fontes materiais são representações de realidades. Através das mesmas talvez não possamos descobrir a realidade na qual viviam seus interlocutores, seus agentes, mas podemos entender como eles pensavam essa realidade nas quais estavam inseridos. Logo, por meio da análise de obras como o Monumento às Bandeiras ou dos prédios religiosos do começo do século XX, talvez não possamos compreender a realidade histórica ou a devoção religiosa dos habitantes da cidade de São Paulo, mas compreender como os paulistanos das décadas de 1910 – 1950 pensavam e vivenciavam seu passado numa metrópole em crescimento. Sobre nossas fontes, teremos a princípio como referencial também a obra de Cristina Freire (1993), *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo* ao lidarmos com edificações simbólicas – tanto do ponto de vista religioso como social na metrópole – assim como o aparato metodológico de Peter Burke (2016), em *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*.

Como referencial teórico de suma importância, não podemos deixar de mencionar as obras de Marc Bloch (2002), *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*; Jacques Le Goff (1996), *História e Memória* e Carlo Ginzburg (2002), *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. Servindo tanto à pesquisa docente como aparato teórico básico aos discentes no que diz respeito aos elementos mais básicos iniciais da pesquisa e da natureza do ofício do historiador. E complementando tal debate, de Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (2009), *O historiador e suas fontes* e de Sandra Jatahy Pesavento (2013), *História e História Cultural*.

No que diz respeito aos usos e abusos do passado e suas reelaborações no presente, tanto de forma geral quanto no contexto paulista, foco de nossa abordagem, utilizaremos inicialmente as obras de Maurice Halbwachs (1990) *A memória coletiva*; Patrick J. Geary (2005), *O Mito das Nações*; Mircea Eliade (2002), *Mito e Realidade*; Erich Auerbach (1997), *Figura*; Marc Ferro (1983), *A Manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação* e Carlos Berriel (2013), *Tietê, Tejo, Sena: a Obra de Paulo Prado*. Já no que se refere à história da cidade de São Paulo em seu período de modernização e reurbanização,



tomamos como principal referencial a obra clássica de Nicolau Sevcenko (1992), *Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20* e também de Roberto Pompeu de Toledo (2015), *A Capital da Vertigem. Uma História de São Paulo de 1900 a 1954*.

Sobre o ensino de História, vinculado a ideia de releituras e reapropriações do passado, tomamos como base inicial para a pesquisa e como referencial para os discentes colaboradores as obras de Leandro Karnal (2003), *História na Sala de Aula*; Nilton Mullet Pereira, & Marcello Paniz Giacomoni (2008), *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História*; Régine Pernoud (1979), *Idade Média: o que não nos ensinaram*; além dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Em paralelo à pesquisa, a preocupação pelo desenvolvimento de instrumentos de análise de fontes históricas, práticas pedagógicas e instrumentos avaliativos de ensino que possam ser utilizados, tanto pelo docente como pelos alunos colaboradores, tanto no ambiente da sala de aula assim como em atividades extraclasse, onde o debate sobre a memória histórica e a construção e utilização de *mitos* do presente e sua importância se faz presente de forma prática (por meio da utilização e contato com fontes históricas); dentro de cenários que podem ser adequados em suas especificidades ao ensino fundamental, médio ou superior e abrangendo temas transversais presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Possibilitando aos alunos colaboradores a assimilação da prática historiográfica diretamente em contato com fontes históricas e a reflexão e aplicação de tal conhecimento de forma pedagógica em sua atuação enquanto futuro docente.

Em função disso, a confecção de materiais de cunho didático (seja na forma de apostilas, livretos ou publicação editorial em forma de coletâneas de artigos) que poderiam ser utilizados tanto pelos alunos da área de Educação da instituição de ensino superior onde se desenvolve a pesquisa quanto pelo público externo – como forma de divulgação e extensão universitária.

A construção da memória histórica paulistana

Em São Paulo, capital, no início do mês outubro do ano de 2013, manifestações, promovidas por lideranças de grupos indígenas, ocuparam a Avenida Paulista em protesto à proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC 215.⁵ Em decorrência a tais protestos, entre os dias 1 e 2 do dito mês, manifestantes se direcionaram até a região do Parque do Ibirapuera e, nos dois dias, realizaram



pichações e pintaram de vermelho partes da escultura intitulada “Monumento às Bandeiras”, de Victor Brecheret, localizada nas proximidades do parque. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa na época, dividindo a opinião da população sobre a legitimidade do ato – visto como símbolo de protesto, por alguns; visto como ato de vandalismo, por outros.⁶

Em carta aberta à imprensa, Marcos Tupã, coordenador da Comissão Guarani Yvyrupá, liderança das manifestações, justificou as intervenções ao monumento afirmando que:

[...] as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência [...]. Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira. Foi com a mesma intenção simbólica que travamos na semana passada a Rodovia dos Bandeirantes, que além de ter impactado nossa Terra Indígena no Jaraguá, ainda leva o nome dos assassinos (MONUMENTO..., 2013c).

O Monumento às Bandeiras é um dos principais e mais conhecidos símbolos da memória histórica da cidade de São Paulo. Localizado numa região que possui o que poderíamos chamar de um complexo de marcos históricos⁷ que apelam diretamente à memória e a uma identidade paulistana contemporânea, construída a partir do início do século XX – principalmente a partir do desenvolvimento da cidade, sua reurbanização e expansão – e se consolidando com as celebrações do Quarto Centenário da cidade em 1954 (MACEDO; ESCOBAR, 2005).

No ano de 1954, a capital paulista tornava-se algo bem diferente da antiga vila colonial ou do aldeamento dos tempos jesuíticos, inicialmente formado pela triangulação do Mosteiro de São Bento, o Convento de São Francisco e o Colégio de São Paulo dos Jesuítas.⁸ A cidade crescera e tomava ares de uma metrópole que continuaria a se expandir ao longo das décadas de 60 e 70. Como parte das celebrações de aniversário da cidade naquele ano ocorre a inauguração do Monumento às Bandeiras.⁹ A obra fora concebida por Victor Brecheret



(1894 – 1955) que era integrante do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922 e refletia os ideais de tal movimento artístico e intelectual paulista. Principalmente a exaltação de uma suposta união de raças, como matéria prima para se constituir um ideal de nação brasileira; mas principalmente de uma “nação paulista”, representada na figura icônica do bandeirante: “Naquele contexto, em que a cidade experimentava um desenvolvimento econômico expressivo e transformações urbanas, o bandeirante foi celebrado como personagem chave do imaginário regional apto a reforçar as velhas tradições” (MOURA, 2011, p. 1 – 2).

Esse ideal paulista personificado na figura do bandeirante, por sua vez, seria algo que teria se desenvolvido apenas a partir da virada do século XIX para o XX. O que pode ser observado é que ele teria sido, na verdade, elaborado e inserido na sociedade da época a partir dos ímpetus do mesmo movimento modernista paulista, da Semana 22, da qual Brecheret fez parte – o que explicaria sua inspiração conceitual para a composição do monumento em questão. Ideal esse que teria sido incentivado por um dos mais influentes nomes da década: o empresário, mecenas e escritor Paulo Prado (1869 – 1943).

Toda essa absurda ficção historiográfica, que não tem pé nem cabeça, que instala os bandeirantes como construtores do Brasil, por exemplo, faz parte de um discurso que preside o ano de 1922. Isso está na lógica fundante do Museu do Ipiranga, também de 1922. Paulo Prado é o maior produtor e exportador de café do mundo, e ao mesmo tempo a consciência mais lúcida e ousada da oligarquia. E ele é o grande organizador da Semana de Arte Moderna, e sabemos disso pelo depoimento do Oswald, do Mário, de Menotti del Picchia, da Tarsila do Amaral (ORSI, 2013, p. 6).

De forma geral, a ideia disseminada por Paulo Prado teria por base a argumentação – a qual remontaria às idealizações das teorias raciais do século XIX da chamada Geração de 70, de intelectuais portugueses – que em Portugal teria existido uma “raça heróica” que teria sido responsável pelas grandes navegações, os descobrimentos, e que durou até por volta de 1580. Momento em que esse português se torna decadente em função do então domínio espanhol sobre Portugal, levando a uma degeneração da raça lusitana. Paulo Prado então argumenta que esse português, degenerado, inútil, aparvalhado, pós-1580, é que virá ao Brasil e irá se mesclar com escravos negros (que seriam depravados) e os



indígenas (por sua vez, lascivos), dando nascimento ao brasileiro – explicando assim sua inferioridade e inutilidade.

Por outro lado, seguindo essa mesma teoria, o povo paulista pertenceria à outra estirpe, aos portugueses da raça heroica pré-1580. Localizada no topo da Serra do Mar, São Paulo estaria protegida do litoral e da indolência portuguesa pós-1580 – que não tendo uma resistência geográfica, como a que ocorre no caso paulista, se espalharam pelo restante do território brasileiro.¹⁰ Criando assim duas raças distintas no país: de um lado, fruto dessa miscigenação litorânea, o brasileiro e do outro, em São Paulo, a raça heroica portuguesa que se mescla ao indígena (que, sem maiores explicações, não é lascivo) e onde não há a presença do negro como elemento principal. O que irá gerar uma raça muito mais adaptada ao meio ambiente e ao território do interior brasileiro, mais audacioso; elementos basilares do protótipo do bandeirante mítico do imaginário paulista (BERRIEL, 2013, p. 161 – 187).

Desta forma, o que podemos observar na paisagem cultural paulistana e em sua memória histórica vinculada ao Monumento às Bandeiras é a transformação, ou mais precisamente, um processo de recepção, releitura e reapropriação envolvendo um patrimônio, de uma fonte histórica, dentro da sociedade no qual ele se insere.

Em uma rápida sistematização, o que queremos dizer é que a partir da análise da fonte histórica (o Monumento às Bandeiras), na primeira metade do século XX, dentro de um processo quase dialético, elementos históricos do passado colonial de São Paulo são recebidos, relidos e reapropriados pela intelectualidade modernista paulista para a criação de uma memória de um novo passado, um *mito* paulista, para garantir a autoridade da contemporaneidade dessa sociedade que almejava sua legitimação em uma cidade que crescia e buscava seu reconhecimento enquanto uma metrópole de peso no cenário brasileiro. A partir disso, inicialmente o monumento é então elaborado dentro de sua temporalidade, seguindo diretrizes intelectuais, ideológicas e culturais, que visam a exaltação de uma personagem histórica idealizada: o bandeirante. E, além disso, e talvez até mais importante – e onde o bandeirante se torna apenas um instrumento para a sua propagação – a legitimação do presente (nesse caso, a glorificação de uma história paulista que atingia seu clímax com o Quarto Centenário da cidade) através da construção desse passado “mítico”; ao se valer de elementos de um passado “real”. Portanto, podemos dizer que a concepção do monumento, para a sociedade da época, seria como



a concretização ou a manifestação material – em granito – dos ideais de Paulo Prado e que acabaram por se enraizar no senso comum paulista do período.

Entretanto, como é possível notar, tal noção histórica sobre o Monumento às Bandeiras já não corresponde mais totalmente aos anseios que os modernistas haviam estabelecido. Podemos dizer que o mesmo processo ao qual o passado histórico colonial paulista foi submetido no início do século XX agora o monumento também estaria passando no início do século XXI. Enquanto o passado da vila de São Paulo foi recebido, relido e reapropriado para atender a anseios e demandas da sociedade paulista dos quatrocentos anos da cidade, na atualidade é o monumento que foi recebido, relido e reapropriado pela sociedade. E ao se realizar tal procedimento, o monumento – enquanto fonte histórica – passa a deter novos significados para suprir novas demandas e anseios: de ícone do orgulho, bravura e empreendedorismo do *mito* paulista do bandeirante para símbolo de um passado sombrio, dentro das perspectivas do público contemporâneo – como pode ser visto nas manifestações citadas anteriormente de 2013. Processo de (re)significação e construção de uma memória coletiva que poderiam ser sintetizadas na crítica de Nietzsche (*Aurora*, § 307) à produção historiográfica do século XIX e a concepção da fonte histórica, do documento histórico, enquanto monumento por Jacques Le Goff:

Facta! Sim, facta ficta! [Fatos! Sim, fatos fictícios]. – Um historiador não se ocupa do que efetivamente ocorreu, mas dos supostos acontecimentos: pois apenas estes *tiveram efeito*. E, do mesmo modo, apenas dos supostos heróis. Seu tema, a assim chamada história universal, são opiniões sobre supostas ações e os supostos motivos para elas, que novamente dão ensejo a opiniões e ações cuja realidade imediatamente se vaporiza e apenas como vapor tem efeito – uma contínua geração e fecundação de fantasmas, sobre as névoas profundas da realidade insondável. Os historiadores falam de coisas que jamais existiram, exceto na representação mental (NIETZSCHE, 2004, p. 189).

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento



verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1996, p. 538).

Este pequeno exercício de análise de um patrimônio histórico, de um monumento, serve para demonstrar a importância que tais elementos têm dentro das sociedades humanas. E do ponto de vista da construção do conhecimento histórico, o quão importante são as fontes históricas para o trabalho de pesquisa acadêmica do historiador ao analisar o valor de visões de passados históricos idealizados e seus propósitos para as pessoas que os constroem. Fenômeno que ocorre em todas as sociedades ao redor do globo, mas que muitas vezes pode passar de forma despercebida, e muitas vezes de forma não intencional, quando se trata do campo do ensino de História.

Desta forma, na mesma época das elaborações dos modernistas sobre a identidade bandeirante do paulista e os anseios para a construção de uma São Paulo cada vez mais moderna, temos um acontecimento que nos chama a atenção na paisagem urbana da cidade e que, aparentemente, destoaria da proposta modernista para a transformação de uma São Paulo moderna no século XX.

O medievo paulistano e o ensino de História

Como dito anteriormente, a cidade de São Paulo da primeira metade do século XX testemunhou um processo intenso de reurbanização, expansão e modernização. Atendendo a anseios artísticos, intelectuais e a agendas políticas, ideológicas e mesmo higienistas (SEVCENKO, 1992; TOLEDO, 2015). Entretanto, apesar desse espírito de vanguarda que tomava conta da cidade, modernizando ruas e edifícios, se inspirando na *belle époque* francesa, algo curioso ocorreu no que se refere aos seus templos religiosos.

Entre os anos de 1904 e 1913 quatro edifícios religiosos localizados na região central de São Paulo passaram por uma total reformulação arquitetônica. Essas construções, até o final do século XIX, ainda detinham suas estruturas arquitetônicas originais de estilo colonial português e barroco. Entretanto, com a virada do século, esses prédios serão demolidos e em seus lugares novos projetos arquitetônicos erguidos. Os templos em questão seriam, seguindo a data de início das obras:

- a) Paróquia Matriz Nossa Senhora da Conceição (Igreja da Santa Ifigênia), em 1904;



- b) Paróquia Nossa Senhora da Consolação (Igreja da Consolação), em 1909;
- c) Basílica Abacial Nossa Senhora da Assunção (Basílica do Mosteiro de São Bento), em 1910;
- d) Catedral Metropolitana de São Paulo (Catedral da Sé), em 1913.

Primeiramente, o que nos chama a atenção, como dissemos, é o período de início dessas (re)construções, que ocorrem dentro de um mesmo espaço de tempo. Um segundo fator está vinculado aos arquitetos responsáveis. Todos são estrangeiros e de origem alemã ou austríaca: Johann Lorenz Madein (1857 – 1918), responsável pela Igreja de Santa Ifigênia, austríaco; Maximilian Emil Hehl (1861 – 1916), responsável pela Catedral da Sé e da Igreja da Consolação, alemão; Richard Berndl (1875 – 1955), responsável pela Basílica do Mosteiro de São Bento, alemão.

Enquanto a cidade de São Paulo buscava seu reconhecimento enquanto metrópole moderna, se lançando ao futuro, à vanguarda, seguindo ideais do modernismo e até mesmo “modernizando” seu passado colonial bandeirante, as reformulações desses templos religiosos supostamente seguiriam uma proposta completamente diferente.

A princípio, com a demolição dos edifícios originais, não apenas o passado colonial é apagado como, surpreendentemente, todo o ímpeto vanguardista paulista – aparentemente – também é deixado de lado. O que vemos ao longo da primeira metade do século XX é a construção de edifícios que remontam a um passado muito mais antigo. De repente, a mesma cidade que vê a construção do Monumento às Bandeiras, também irá presenciar a construção de templos que rememoravam a Europa dos séculos V e XIV, com vitrais e torres neogóticas, colunas gigantescas e tetos ogivais ou ainda românicos ao estilo egípcio-bizantino. Teremos assim, no coração de uma São Paulo que se modernizava, a tentativa de reconstrução de um passado medieval. A Idade Média no centro da “capital bandeirante” de Paulo Prado.

O caso mais emblemático dos edifícios citados talvez seja da Catedral da Sé que iremos abordar como um estudo de caso nesse momento em que se desenvolve a pesquisa docente atual junto à nossa instituição de ensino superior. A igreja matriz da cidade de São Paulo remonta sua origem ao ano de 1588-89 ainda nos tempos da Vila de São Paulo de Piratininga e o ímpeto dos moradores para a construção do templo. Em 1591 foi permitida sua construção



após disputas com os jesuítas e em 1598 iniciam-se as obras. Sua existência irá se perpetuar até cerca de 1745, quando o templo se transforma na sede da diocese da vila recém emancipada ao nível de cidade. A igreja original é demolida e no local um novo edifício é erguido em estilo barroco, onde na atual Praça da Sé hoje se localiza o Monumento a Anchieta (SANTOS, 2014, p. 6).

Figura 1 - Praça da Sé por volta de 1880, com a Igreja de São Pedro (à esquerda) e a Igreja da Sé (à direita) da imagem



Fonte: Ferrez ([1880]).

Por volta de 1911 este último edifício será demolido, transferindo-se a sede da diocese temporariamente para a Paróquia Matriz Nossa Senhora da Conceição (Igreja da Santa Ifigênia). Em 1913, seguindo os propósitos da nova cidade que crescia rapidamente ganhando ares de metrópole – reurbanizada, moderna –, começam então as obras para a nova proposta arquitetônica do edifício que seria erguido não exatamente no mesmo local, mas na mesma praça, em seu lado oposto.

No período a posição de arcebispo de São Paulo era exercida por Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867 – 1938), primeiro arcebispo da cidade, responsável por, entre outras ações, reorganizar a igreja no estado de São Paulo, a criação de novas dioceses e do Museu da Cúria de São Paulo (futuro Museu de Arte Sacra), por exemplo. Em 29 de junho de 1913 lançou a pedra fundamental da nova Catedral de São Paulo. À época, tal iniciativa contou com o apoio e incentivo

Elton O. S. Medeiros
Passados-Presentes e o Ensino de História:
Recepções, Releituras e Reapropriações de
fontes históricas dentro e fora da sala de aula



financeiro dos barões do café – que também haviam participado da iniciativa de construção do Theatro Municipal de São Paulo, inaugurado em 1911.¹¹

Figura 2 - Praça da Sé por volta de 1940, com a Catedral da Sé em construção ao fundo



Fonte: Rosenthal([1940]).

Elton O. S. Medeiros
Passados-Presentes e o Ensino de História:
Recepções, Releituras e Reapropriações de
fontes históricas dentro e fora da sala de aula

Para a tarefa de criar o edifício que seria erguido para substituir a antiga igreja barroca, foi escolhido o arquiteto Maximilian Emil Hehl que acabou por desenhar uma catedral de grandes proporções, de estilo arquitetônico eclético, mas que predominava o neogótico, inspirado em templos religiosos europeus. Hehl acabou sendo responsável também pela Catedral de Santos, a Igreja da Consolação, o Quartel do Corpo de Bombeiros de Santos, a capela do Sanatório Santa Catarina e a Igreja de Santo Agostinho, todos seguindo o estilo neorromânico ou neogótico (SANTOS, 2014, p. 6).



Figura 3 - Inauguração da Catedral da Sé em 25 de janeiro de 1954



Fonte: Haberkorn([1954]).

O desejo de Dom Duarte era de construir um templo digno da cidade que crescia e que tinha pretensões de se tornar uma metrópole a exemplo das cidades europeias e que já passava por processos de transformação da paisagem urbana desde finais do século XIX e início do XX, com a criação de bairros nobres para a elite paulistana; como os Campos Elísios e Higienópolis (SEVCENKO, 1992). Isto é, a idealização de um templo religioso que contemplasse as ambições que em breve iriam se desenvolver com maior força nas décadas seguintes a partir propostas do modernismo paulista e do discurso de Paulo Prado, como abordado anteriormente.

Em função das duas guerras mundiais e do cenário socioeconômico subsequente no país, ocorreram atrasos no desenvolvimento da obra. Entretanto, seguindo as demais inaugurações de outros símbolos do sonho da grandiosidade paulista do início do século XX (como o Monumento às Bandeiras, o Parque do Ibirapuera e o Obelisco aos Heróis de 32), como parte das celebrações do Quarto Centenário da cidade de São Paulo ocorre a inauguração da Catedral da Sé, mesmo inacabada, em 1954.

Figura 4 - Catedral da Sé em 2019



Fonte: Nunes (2019).

Elton O. S. Medeiros
Passados-Presentes e o Ensino de História:
Recepções, Releituras e Reapropriações de
fontes históricas dentro e fora da sala de aula



A partir desse cenário delineado a respeito da construção de uma memória histórica da cidade de São Paulo, seria possível pensarmos em uma proposta de prática pedagógica a ser trabalhada como forma de intervenção e mesmo apropriação do espaço público. Analisar edificações como a Catedral da Sé como fontes históricas de recepção, releitura e reapropriação do passado medieval pela contemporaneidade paulista da época e sua importância para esse mesmo *mito* paulista da metrópole que estava em desenvolvimento. E também como tais fontes acabam por ser novamente reinterpretadas pelas novas gerações, dentro de um processo constante de (des)construção do passado em relação ao presente.

Além disso, pensar também como isso pode ser inserido no cotidiano do aprendizado de alunos (desde o ensino fundamental até o superior), como um instrumento metodológico e de reflexão a respeito da história e da memória, não restrita a sala de aula e que envolva o contato direto por meio de visitas de campo às fontes históricas – elemento primordial do trabalho do historiador. Entretanto, algo que não se restringe apenas a fontes históricas patrimoniais ou arquitetônicas, mas um instrumental metodológico que pode ser utilizado com as mais diversas formas de manifestação cultural, midiática, política e etc. Onde seja possível identificar como o passado está em constante mutação, em como ele é lembrado e a que propósitos ele pode servir na atualidade daqueles que se valem dele.

Ao propormos analisar as edificações localizadas na região central da cidade de São Paulo, conhecidas como Paróquia Matriz Nossa Senhora da Conceição (Igreja da Santa Ifigênia), Paróquia Nossa Senhora da Consolação (Igreja da Consolação), a Basílica Abacial Nossa Senhora da Assunção (Basílica do Mosteiro de São Bento), Catedral Metropolitana de São Paulo (Catedral da Sé) a proposta de prática e intervenção pedagógica teria como preocupação primária, ou melhor, como questionamento fundamental a pergunta que serve de título à introdução do livro de Jérôme Baschet, “Por que se interessar pela Europa medieval?” (BASCHET, 2005, p. 23 – 46).

Considerações finais

Até o presente momento, dentro do contexto de nossa proposta de análise, foi possível a elaboração de uma hipótese sobre a recepção, releitura e a reapropriação de um passado histórico medieval dentro da São Paulo de início do século XX e, então, a ideia seria examinar tais edificações como fontes



históricas, comparativamente, buscando compreender sua relação com os ideais socioculturais durante o processo de modernização e reurbanização da cidade. Demonstrando de que maneira esses empreendimentos arquitetônicos se enquadravam nas manifestações de reorganização da sociedade paulistana da época – alterando não apenas a paisagem urbana, mas a própria noção de memória histórica de São Paulo que era reelaborada nas primeiras décadas do século.

Em um momento inicial, uma primeira reflexão foi a de que a ideia de um mito de uma “São Paulo bandeirante” não era de forma alguma paradoxal à ideia de uma “São Paulo medieval” ou com elementos medievais; ou ainda melhor, manifestações de medievalismo. A exemplo das cidades europeias que lhe serviam de inspiração, para a cidade paulistana, além de construir um mito fundador para si – através da raça bandeirante heroica de Paulo Prado – também era necessária a consolidação desse passado, de forma material, no presente do início do século XX. Assim, São Paulo buscava deixar seu passado colonial para trás e tentava se aproximar, por exemplo, da Paris com sua *belle époque* e, conseqüentemente, de seu passado medieval com sua catedral de Notre Dame, parte do horizonte cultural da cidade parisiense. São Paulo, portanto, pretendia se consolidar enquanto metrópole não apenas em nível nacional – a partir da construção para si de um passado mítico regional – mas podemos dizer que também tentava se inserir na história da cultura ocidental, ao lado de outras proeminentes cidades europeias da época.

Tal linha de raciocínio acaba servindo de elemento norteador aos alunos colaboradores da pesquisa, no sentido de instrumentalizá-los no que diz respeito aos elementos primordiais da pesquisa historiográfica (o ofício do historiador, identificação da natureza de fontes primárias e secundárias, sua utilização e desenvolvimento de uma pesquisa científica). Fomentando que os mesmos desenvolvessem pesquisas próprias, com a seleção de suas próprias fontes históricas, vinculadas à temática de análise dos processos de releituras e reapropriações do passado histórico para a construção de novas realidades e discursos no presente – seja através de fontes materiais (como monumentos, edificações), assim como das mais diversas formas de fontes que o historiador se utiliza (textos escritos, fontes visuais, cinema, entre outras). Sempre se utilizando como referencial o instrumental e a problemática utilizados e desenvolvidos em nossa pesquisa docente. Visando também que tais pesquisas individuais contribuam com a formação dos discentes, servindo – de forma mais imediata – também como Trabalhos de Conclusão de Curso dos mesmos.¹²



Referências

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1974.

APÓS pichação, manifestantes jogam tinta em monumento de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 out. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1350998-apos-pichacao-manifestantes-jogam-tinta-em-monumento-de-sp.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *História dos Bispos e Arcebispos*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, ©2015. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/dom-duarte-leopoldo-e-silva>. Acesso em: 5 out. 2020.

AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. São Paulo: Globo, 2005.

BERRIEL, Carlos. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de emenda à Constituição n. 215, de 2000*. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: UNESP, 2016.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERREZ, Marc. *Praça da Sé por volta de 1880, com a Igreja de São Pedro (à esquerda) e a Igreja da Sé (à direita)*. [Rio de Janeiro]: Instituto Moreira Salles, [1880]. 1 Fotografia.

FERRO, Marc. *A Manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.



FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 1993.

GEARY, Patrick J. *O mito das nações*. São Paulo: Conrad, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GUERREAU, Alain. *O feudalismo, um horizonte teórico*. Lisboa: Ed. 70, 1980.

HABERKORN, Werner. *Inauguração da Catedral da Sé em 25 de janeiro de 1954*. [Rio de Janeiro]: Instituto Moreira Salles, [1954]. 1 Fotografia.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

KARNAL, Leandro. *História na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução. *Revista Signum*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 5 – 26, 2016.

LIUZZA, R. M. *Old english literature*. New Haven: Yale University Press, 2002.

MACEDO, Wesley; ESCOBAR, Miriam. A concretização da imagem do IV Centenário da cidade de São Paulo: o Parque do Ibirapuera, *Arquitextos*, [São Paulo], v. 5, n. 57, 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/507>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MANIFESTANTES jogam tinta no monumento às bandeiras em protesto contra a PEC 215. *Último Segundo*, [São Paulo], 3 out. 2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-03/manifestantes-jogam-tinta-no-monumento-as-bandeiras-em-protesto-contr-a-pec-215.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, v. 2, n. 115, 1983.

MONUMENTO às Bandeiras é pichado 2 vezes em 24h. *Estadão*, São Paulo, 3 out. 2013a. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,monumento-as-bandeiras-e-pichado-2-vezes-em-24h,1081350>. Acesso em: 21 mar. 2018.



MONUMENTO às Bandeiras é pichado em protesto a novas normas para demarcação terras indígenas. *R7*, São Paulo, 2 out. 2013b. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/monumento-as-bandeiras-e-pichado-em-protesto-a-novas-normas-para-demarcacao-terras-indigenas-02102013>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MONUMENTO às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram, diz liderança indígena. *Fórum*, Santos, 5 out. 2013c. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/monumento-as-bandeiras-homenageia-genocidas-que-dizimaram-nosso-povo-diz-lideranca-indigena/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MONUMENTO às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram, diz liderança indígena. *Fórum*, Santos, 5 out. 2013d. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/monumento-as-bandeiras-homenageia-genocidas-que-dizimaram-nosso-povo-diz-lideranca-indigena/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o monumento às bandeiras. *G1*, São Paulo, 2 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MOURA, Irene Barbosa de. O monumento e a cidade: a obra de Brecheret na dinâmica urbana, *Revista Cordis*, São Paulo, n. 6, p. 1 – 11, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NUNES, Webysther. *Catedral Metropolitana de São Paulo*. 2019. 1 Fotografia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Webysther_20190306143112_-_Catedral_Metropolitana_de_S%C3%A3o_Paulo.jpg. Acesso em: 5 out. 2020.

ORSI, Carlos. Da ficção historiográfica ao paulista como ‘raça superior’, *Jornal da Unicamp*, São Paulo, n. 569, p. 6 – 7, 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/569/da-ficcao-historiografica-ao-paulista-como-raca-superior>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. *Possíveis passados: representações da Idade Média no ensino de História*. Porto Alegre: Zouk, 2008.



PERNOUD, Régine. *Idade média: o que não nos ensinaram*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. São Paulo: Autêntica, 2013.

PINHO, Márcio. Na rota dos protestos, monumento às bandeiras vira alvo de pichações. *G1*, São Paulo, 3 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/na-rota-dos-protestos-monumento-bandeiras-vira-alvo-de-pichacoes.html>. Acesso em: 21 mar. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de, *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

REYNOLDS, Susan. *Fiefs and vassals – the medieval evidence reinterpreted*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

RIPPIN, Ann; FLEMING, Peter. Brute force: Medieval foundation myths and three modern organizations' quests for hegemony, *Management & Organizational History*, London, v. 1, n. 1, p. 51-70, 2006.

ROSENTHAL. Hildegard. *Praça da Sé por volta de 1940, com a Catedral da Sé em construção ao fundo*. [Rio de Janeiro]: Instituto Moreira Salles, [1940]. 1 Fotografia.

SANTOS, Marcos Eduardo Melo dos. A Catedral Metropolitana de São Paulo por Maximilian Emil Hehl (1891 – 1916): história, arte e ecletismo na arquitetura sacra paulistana, *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, São Paulo, v. 8, n. 13, p. 4 – 15, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. São Paulo: Objetiva, 2015.

VEIGA, Edison. Um dia intenso para o 'Monumento às Bandeiras'. *Estadão*, São Paulo, 3 out. 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/duas-entrevistas-o-filho-de-brecheret-e-o-pichador-do-monumento-as-bandeiras/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Notas

¹ Este artigo faz parte dos resultados iniciais do projeto de pesquisa docente desenvolvido



junto ao Instituto de Educação do Centro Universitário Sumaré, com o apoio da mesma instituição..

²Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, professor de História Medieval no Centro Universitário Sumaré (SP) e membro da International Society of Anglo-Saxonists. E-mail: eosmedeiros@alumni.usp.br.

³A questão da utilização de aspectos míticos na modernidade – especificamente relacionado às empresas – é esplendidamente analisada por Ann Rippin e Peter Fleming, ao fazerem um paralelo entre os mitos fundadores nacionais contidos na *Eneida* de Virgílio e sua relação com Roma e o personagem de Brutus e sua relação com o mito fundador britânico. A partir disso, da identificação dos elementos míticos fundadores de cada um dos casos, os pesquisadores estabelecem os mesmos modelos à modernidade e identificam os mesmos elementos e características dos mitos latino e medieval na construção mítico-histórica do passado de empresas modernas (em um estudo de caso das empresas Mark & Spencer, Nike e Starbucks), mas que, ao invés de legitimação política ou religiosa, buscam legitimação e autonomia visando hegemonia de mercado frente a seus concorrentes (RIPPIN; FLEMING, 2006).

⁴É importante ressaltar, novamente, que o texto aqui apresentado traz considerações iniciais da pesquisa proposta. Sendo assim, carecendo ainda de uma conclusão final.

⁵A ementa, entre outros elementos, visa alterar os procedimentos para demarcações de terras ocupadas pelas populações indígenas, retirando tal responsabilidade do governo federal e passando para as mãos do Congresso Nacional. Maiores detalhes da PEC 215, inclusive sua tramitação na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2000).

⁶A exemplo do que foi divulgado pela imprensa da época temos: Na rota dos protestos, Monumento às Bandeiras vira alvo de pichações (PINHO, 2013); “Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras” (MORA, 2013); “Após pichação, manifestantes jogam tinta em monumento de SP”, (APÓS..., 2013); “Monumento às Bandeiras é pichado em protesto a novas normas para demarcação terras indígenas (MONUMENTO..., 2013b); “Monumento às Bandeiras é pichado 2 vezes em 24h (MONUMENTO..., 2013a); “Um dia intenso para o ‘Monumento às Bandeiras’ (VEIGA, 2013); “Manifestantes jogam tinta no Monumento às Bandeiras em protesto contra a PEC 215 (MANIFESTANTES..., 2013); “Monumento às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram” (MONUMENTO..., 2013d).

⁷Região que abrange, além do Monumento às Bandeiras, o próprio Parque do Ibirapuera, o Obelisco Mausoléu aos Heróis de 32, Monumento a Pedro Álvares Cabral, e o prédio da Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo.

⁸Atualmente correspondendo ao Mosteiro de São Bento, Largo São Francisco e o Pátio do Colégio, no centro da cidade.

⁹Ocorrido, na verdade, um ano antes, em 1953. Juntamente com o Monumento às Bandeiras, dentro do mesmo contexto das celebrações do quarto centenário da cidade também foram inaugurados o Parque do Ibirapuera, em 1954, e o Obelisco aos Heróis de 32, em 1955. Todos, juntamente com o prédio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como parte de um complexo patrimonial ao longo da Avenida Pedro Álvares Cabral, constituindo assim um tipo de local de memória vinculado à identidade social e política da cidade e do estado de São Paulo.



¹⁰Especialmente no litoral, gerando, claramente, uma forte crítica e oposição ao Rio de Janeiro.

¹¹Informações da Arquidiocese de São Paulo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, © 2015)

¹²Até o momento, isso resultou na confecção de quatro Trabalhos de Conclusão de Curso finalizados e mais três atualmente em desenvolvimento.

Elton O. S. Medeiros
Passados-Presentes e o Ensino de História:
Recepções, Releituras e Reapropriações de
fontes históricas dentro e fora da sala de aula